

Ficha informativa relativamente ao abono de família

Índice remissivo

Relativamente a esta ficha informativa.....	2
1º Direito ao abono de família	3
2º Montante do abono de família.....	5
3º Abono de família para crianças entre os 0 e 18 anos de idade.....	5
4º Abono de família para crianças com mais de 18 anos de idade	6
4.1 Crianças à procura de trabalho.....	7
4.2 Crianças em formação profissional.....	7
4.3 Crianças à procura de lugar de formação.....	8
4.4 Crianças em serviço voluntário	8
4.5 Atividade profissional desfavorável para crianças.....	8
4.6 Crianças com deficiência	9
5º Várias pessoas como beneficiários.....	10
6º Prestações que excluem o abono de família	11
7º Início e fim do direito ao abono de família	11
8º Procedimento para apresentação do pedido	12
9º Comprovativos para a Familienkasse	14
10º O seu dever de notificação como titular do direito ao abono de família	15
11º Decisão da Familienkasse	17
12º Possibilidade de objeção à decisão	17
13º Reembolso do abono de família.....	17
14º Nova verificação do direito ao abono de família	18
15º Pagamento do abono de família	19
15.1 Pagamento pela Familienkasse da Agência Federal de Emprego.....	19
15.2 Pagamento a outra pessoa ou autoridade.....	19
15.3 Proteção do abono de família na conta (penhora).....	19
Indicações relativas à proteção de dados	20
Índice e dicionário.....	20
Indicação relativa ao suplemento do abono de família	25

Indicação geral

A fim de facilitar a leitura desta ficha informativa, a forma masculina é utilizada em alguns locais para designações e substantivos pessoais, por exemplo "o titular do direito ao abono de família". Na aceção da igualdade de tratamento, os termos relevantes aplicam-se, em princípio, a todos os géneros. A forma abreviada da linguagem não implica, portanto, qualquer juízo de valor, mas é meramente por razões editoriais.

Relativamente a esta ficha informativa

O que é o abono de família?

As famílias com crianças têm de financiar o ► **Sustento** e a formação dos seus filhos. Para isso, necessitam de mais dinheiro do que pessoas sem filhos. Como compensação desta despesa adicional, existe o abono de família, uma componente da compensação de assistência à família na Alemanha.

O abono de família é um subsídio estatal para os pais e é pago no montante do chamado ► **Mínimo de subsistência** de uma criança. Entende-se por mínimo de subsistência os requisitos mínimos para o sustento, a assistência e formação de uma criança. Se o abono de família não for necessário para estes fins, serve para apoio a família. O abono de família é requerido ao ► **Familienkasse** e também é pago por ele. A ► **Repartição central federal para impostos (BZSt)** supervisiona a Familienkasse.

O que é que o abono de família tem a ver com o imposto sobre o rendimento?

O ► **Mínimo de subsistência** da criança está isento do imposto sobre o rendimento dos pais. O abono de família é assim um ► **Reembolso de impostos**. No primeiro passo, o abono de família é-lhe pago mensalmente.

O passo seguinte é que a Repartição de Finanças realize a chamada ► **Verificação de benefícios**. Aqui é verificado qual a opção que lhe concede um maior benefício fiscal: com o pagamento do abono de família ou a dedução do ► **Abono por filho**. Isto assegura que o seu direito ao abono de família também resulte na ► **Isenção fiscal**. Se o benefício fiscal do abono por filho for superior ao abono de família, os abonos por filho serão tidos em conta no cálculo dos impostos. Isto aplica-se mesmo que não tenha sido requerido qualquer abono de família.

Porque existe a ficha informativa relativamente ao abono de família?

Esta ficha informativa destina-se a dar-lhe uma vista geral dos pontos mais importantes dos regulamentos legais sobre o abono de família. Leia-a atentamente para que conheça os seus direitos e obrigações.

A ficha informativa contém um **dicionário**. Aqui muitos termos importantes são novamente explicados brevemente. Os termos que pode encontrar no dicionário estão marcados no texto, por exemplo: ► **Número de identificação fiscal**.

Onde pode encontrar mais informações?

Não é possível mostrar e explicar todos os detalhes relativos ao tema do abono de família numa única ficha informativa. Para mais informações, visite as seguintes páginas da Internet:

Familienkasse: www.familienkasse.de
Repartição central federal para impostos (BZSt): www.bzst.de

O "Portal da Família" do ► **Ministério Federal dos Assuntos da Família, Terceira Idade, Mulheres e Juventude (BMFSFJ)** também disponibiliza muita informação sobre o abono de família. Para esse efeito, visite a página da Internet www.familienportal.de.

De que outra forma contactar é possível contactar a Familienkasse?

Visita local numa Familienkasse regional próxima de si (utilize a pesquisa de serviços online em www.familienkasse.de).

Por telefone

Tenha sempre o seu número do abono de família disponível em caso de pedidos de informação por telefone!

Telefone de assistência da Familienkasse:

Segunda-feira a sexta-feira das 08h00 às 18h00

0800 4 5555 30 (grátis)

Para chamadas do estrangeiro aplica-se o seguinte número:

0049 911 1203 1010 (com custos associados)

Apenas pretende saber as datas de pagamento do abono de família e do suplemento do abono de família? Para este efeito, receberá as respetivas mensagens 24 horas por dia, através do número de telefone:

0800 4 5555 33 (grátis)

Serviço telefónico da Familienkasse destinado a pessoas com direito a abono de família que têm uma criança com deficiência: ver ponto 4.6 “Crianças com deficiência”.

1º Direito ao abono de família

Na Alemanha, existem duas bases legais para o direito ao abono de família: a ► **Lei sobre a Tributação do Rendimento (EStG)** e a ► **Lei Federal sobre o Abono de Família (BKGG)**.

(Se um dos progenitores tem direito ao abono de família ao abrigo da EStG e o outro tem direito ao abono de família ao abrigo da BKGG, então o direito ao abrigo da EStG tem prioridade. O abono de família é, portanto, pago em conformidade com a EStG.)

O requisito para ter direito ao abono de família é que o titular do direito esteja identificado através do ► **Número de identificação fiscal** que lhe foi atribuído. A Familienkasse pede este número ao titular do direito ou, na falta deste, procede ela própria à determinação do número.

Abono de família segundo a Lei sobre a Tributação do Rendimento (EStG)

Basicamente os ► **Cidadãos alemães** recebem abono de família, quando têm a sua ► **Residência ou domicílio habitual** na Alemanha.

Cidadãos estrangeiros dos Estados membros da UE/EEE e da Suíça

Os seguintes requisitos aplicam-se aos cidadãos da Suíça e ► **Cidadãos estrangeiros**, que residam na Alemanha e que sejam ► **Cidadãos beneficiários do direito à livre circulação** do ► **Espaço Económico Europeu (EEE)** ou da ► **União Europeia (UE)** e cujo estatuto esteja regulamentado pela ► **Lei sobre a livre circulação geral dos cidadãos da União**.

Estas pessoas podem receber abono de família depois de terem comprovado a sua ► **Residência ou o domicílio habitual** na Alemanha.

A partir do quarto mês após comprovarem a residência ou o domicílio habitual, as pessoas têm direito ao abono de família se satisfizerem os requisitos do direito de entrada e residência na Alemanha de acordo com a ► **Lei sobre a livre circulação geral dos cidadãos da União**. A Familienkasse tem o seu próprio direito de verificação, que existe independentemente da decisão do Serviço de Estrangeiros.

Isto diz respeito aos cidadãos dos seguintes países:

Bélgica	Irlanda	Malta	Eslováquia
Bulgária	Islândia	Países Baixos	Eslovénia
Dinamarca	Itália	Noruega	Espanha
Estónia	Croácia	Áustria	República Checa
Finlândia	Letónia	Polónia	Hungria
França	Liechtenstein	Portugal	Chipre
Grécia	Lituânia	Roménia	
Grã-Bretanha*	Luxemburgo	Suécia	

* A 1 de Fevereiro de 2020, o Reino Unido deixou a UE. Desde que a residência na Alemanha tenha sido comprovada ou que tenha sido aceite uma atividade profissional até 31 de Dezembro de 2020, os regulamentos acima referidos aplicam-se também aos cidadãos britânicos.

O Espaço Económico Europeu (EEE) é composto por



os Estados Membros da **Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA)** e



os Estados Membros da **União Europeia (UE)**.



A **Suíça** não pertence a nenhum dos grupos acima listados, mas é tida em conta para efeitos de requerimento e recebimento de abono de família.

Cidadãos estrangeiros de países terceiros

Os ► **Cidadãos estrangeiros** de países terceiros residentes na Alemanha e titulares de uma ► **Autorização de residência** válida podem receber abono de família. Alguns outros ► **Títulos de residência** podem também conceder o direito a abono de família. Em caso de dúvidas entre em contacto com a Familienkasse.

Os cidadãos da Argélia, Bósnia-Herzegovina, do Kosovo, de Marrocos, Montenegro, da Sérvia, Tunísia e Turquia também podem ter direito ao abono de família se estiverem empregados na Alemanha. Para estes Estados existem acordos supranacionais e intergovernamentais com os quais são considerados na Alemanha como trabalhadores na aceção do respetivo acordo.

Os refugiados e as pessoas com direito a asilo incontestavelmente reconhecidos também podem receber abono de família.

Se apresentar uma cópia da autorização de residência ou do título de residência, as combinações numéricas na parte superior direita e inferior direita na frente e no verso podem ser apagadas por razões de proteção de dados. Também pode apagar a informação desnecessária sobre a cor dos olhos ou estatura.

Trabalhadores com emprego no estrangeiro

Aos trabalhadores que estão empregados no **estrangeiro** (em particular na ► **UE**) aplicam-se regulamentos especiais e deveres de notificação. Para esse efeito existe a

"Ficha informativa sobre abono de família em casos transfronteiriços (União Europeia, Espaço Económico Europeu e Suíça)",

que pode ser descarregada na Internet em www.familienkasse.de ou, a pedido, ser enviada por correio pela Familienkasse.

Abono de família segundo a Lei Federal sobre o Abono de Família (BKGG)

Qualquer pessoa que resida no estrangeiro e não esteja ► **sujeito à totalidade dos impostos** na Alemanha pode receber abono de família como uma prestação social ao abrigo da ► **Lei Federal sobre o Abono de Família**. O direito só existe se o requerente

- estiver numa relação de seguro obrigatório com a Agência Federal de Emprego, ou
- se for trabalhador humanitário ou missionário, ou
- se for funcionário público a exercer uma atividade atribuída numa instituição fora da Alemanha, ou
- se viver na Alemanha como cônjuge ou parceiro de um membro das tropas da OTAN e tiver a nacionalidade de um Estado membro da UE/EEE ou
- se empregado por conta de outrem ou por conta própria na Alemanha ou se receber uma pensão ao abrigo da legislação alemã e residir num Estado membro da ► **União Europeia**, do ► **Espaço Económico Europeu** ou na Suíça.

Se um dos progenitores tem direito ao abono de família ao abrigo da Lei sobre a Tributação do Rendimento e o outro tem direito ao abono de família ao abrigo da Lei Federal sobre o Abono de Família, então o direito ao abrigo da Lei sobre a Tributação do Rendimento tem prioridade.

2º Montante do abono de família

A partir de 1 de janeiro de 2023, o abono de família equivale a **250 € mensais** por **cada criança** com direito ao mesmo.

3º Abono de família para crianças entre os 0 e 18 anos de idade

O abono de família é pago para as crianças que têm a sua ► **Residência ou domicílio habitual** na Alemanha ou num Estado membro do ► **Espaço Económico Europeu** ou na Suíça. A nacionalidade da criança é aqui irrelevante.

O abono de família é pago a si, como requerente, para as seguintes crianças:

filhas e filhos	crianças com parentesco de primeiro grau.
filhos adotivos	crianças que são acolhidas por si (= adotadas).
enteados	filhos da sua esposa ou do seu marido que tenha acolhido no seu agregado familiar.
filhos do/a parceiro/a	filhos da sua parceira registada ou do seu parceiro registado que tenha acolhido no seu agregado familiar.
netos	netos que tenha acolhido no seu agregado familiar.
crianças acolhidas	crianças acolhidas, se os seguintes requisitos legais estiverem cumpridos: está ligado à criança acolhida por um vínculo criado idêntico ao familiar de longa duração e não acolheu a criança no seu agregado familiar para ganhar dinheiro com ela (por exemplo, como ama). a criança acolhida deve pertencer à família como se fosse o seu próprio filho. já não deve haver uma relação mais estreita com os pais biológicos do que com os pais adotivos.
irmãos	Os seus próprios irmãos que tenha acolhido no seu agregado familiar, caso possuam os requisitos como criança acolhida.

O que significa "acolhido no agregado familiar"?

Uma criança foi ► **acolhida no seu agregado familiar**, se viver permanentemente na sua casa de família comum e se aí for alimentada e assistida. Não é suficiente apenas registar a criança no serviço de registo. Também não é suficiente se a criança só for cuidada alguns dias da semana por si, ou se a criança ficar alternadamente com o cuidador e os pais.

Uma criança permanecerá no seu agregado familiar mesmo que seja colocada noutra lugar durante algum tempo por motivos de ► **Formação escolar ou profissional** ou do ► **Curso superior**.

Especificidades para órfãos e crianças que não conhecem o paradeiro dos seus pais

► **Órfãos** que perderam ambos os progenitores devido a morte. Também existem crianças que não conhecem o paradeiro dos seus pais. Estas crianças e órfãos podem requerer o abono de família para si próprios se não houver uma terceira pessoa que tenha direito ao abono de família. Nesse caso, o abono de família é pago ao abrigo da ► **Lei Federal sobre o Abono de Família**.

Para tal, existem mais informações de

"Ficha informativa relativamente ao abono de família para órfãos e crianças que não conhecem o paradeiro dos seus pais".

Esta pode ser descarregada na Internet em www.familienkasse.de ou, a pedido, ser enviada por correio pela Familienkasse.

Identificação da criança

Tenha em atenção que, no caso do abono de família ao abrigo da ► **ESStG**, uma criança é basicamente considerada, se puder ser identificada. Isso ocorre com a ajuda de um ► **Número de identificação fiscal** (Abreviatura: N.º de ID).

Esse número de identificação fiscal é atribuído a cada criança na Alemanha. A Familienkasse pede-lhe este número quando apresentar um pedido de abono de família ou, na falta deste, procede ela própria à determinação do número.

O que acontece no 18.º aniversário da criança

O abono de família é pago para todas as crianças até à ► **Conclusão dos 18 anos de idade** das mesmas. Quando uma criança atinge a ► **Maioridade** (a partir dos 18 anos de idade), o abono de família só é pago até aos 21 ou 25 anos de idade sob cumprimento de determinados requisitos. Depois disso, o abono de família só continuará a ser pago para crianças com deficiência. Pode encontrar mais informações no ponto 4 "Abono de família para crianças com mais de 18 anos de idade".

4º Abono de família para crianças com mais de 18 anos de idade

Uma criança atinge a maioridade com o 18.º aniversário. Em certos casos, o abono de família pode continuar a ser pago até à ► **Conclusão do 21 ou 25 anos de idade**. As páginas seguintes explicam como as diferentes circunstâncias afetam o direito ao abono de família:

- Crianças à procura de trabalho
- Crianças em ► **Formação profissional**
- Crianças à procura de lugar de formação
- Crianças em ► **Serviço voluntário**
- Atividade profissional desfavorável para crianças
- Crianças com ► **Deficiência**

4.1 Crianças à procura de trabalho

Se uma criança com mais de 18 anos de idade não tiver uma ► **Relação de emprego**, o abono de família continuará a ser pago até à ► **Conclusão dos 21 anos de idade**. O requisito é que a criança esteja registada como candidata a emprego numa agência de emprego na Alemanha, num centro de emprego ou numa agência de emprego estatal noutro estado da ► **União Europeia** bem como do ► **Espaço Económico Europeu** ou na Suíça.

Não há direito ao abono de família se a criança apenas receber o subsídio do cidadão [*Bürgergeld*] (rendimento básico segundo o Livro II do Código da Segurança Social da Alemanha [*SGB II*]).

Se a criança registada como candidata a emprego exercer uma ► **Atividade menor**, o abono de família pode continuar a ser pago.

4.2 Crianças em formação profissional

Desde que uma criança esteja a receber formação para uma profissão, o abono de família pode ser pago até à ► **Conclusão dos 25 anos de idade da mesma**.

O que se entende por uma formação profissional?

A fim de poder exercer uma profissão no futuro, uma criança é preparada para essa profissão com a ajuda de uma formação. Em cada formação profissional existe um objetivo profissional específico e medidas de formação orientadas para este objetivo. Estas medidas devem proporcionar aos formandos conhecimentos, competências e experiências necessários, úteis e conducentes ao exercício da profissão pretendida numa fase posterior. A formação profissional inclui, por exemplo, a frequência de ► **Estabelecimentos escolares gerais**, um ► **Curso superior**, a ► **Formação profissional em empresa**, a ► **Formação contínua**, a ► **Formação para outra profissão** e os primeiros três meses de formação básica no início do ► **serviço militar voluntário**.

Interrupção da formação: Doença ou licença de maternidade

Se a formação da criança tiver de ser interrompida por um período temporário devido a doença, o abono de família continuará geralmente a ser pago. No entanto, isto só acontecerá se o médico certificar o fim previsível da doença. Caso se trate de uma doença mais prolongada da criança (previsivelmente mais de quatro semanas), a Familienkasse deve ser informada imediatamente.

A formação também pode ser interrompida devido à licença de maternidade. Também neste caso a Familienkasse deve ser imediatamente informada. Se, após a expiração da ► **Licença de maternidade**, houver mais períodos de interrupção devido aos cuidados infantis (por exemplo devido a licença parental), a Familienkasse deve ser informada imediatamente.

Período transitório entre duas formações

Há frequentemente pausas obrigatórias entre duas formações, por exemplo porque há algumas semanas ou meses "livres" uma graduação e o início de uma ► **Formação profissional**, um ► **Curso superior** ou um ► **Serviço voluntário**. Durante esse período transitório, o abono de família continuará a ser pago até quatro meses se ► **Formação profissional**, o ► **Curso superior** ou o ► **Serviço voluntário realmente iniciar, o mais tardar, após quatro meses**.

O que aconteceu no final da formação profissional?

O pagamento do abono de família termina com a frequência de ► **Estabelecimentos escolares gerais** o mais tardar, no final do último ano letivo. No caso da ► **Formação profissional em empresa**, ou do curso superior o pagamento do abono de família termina no mês em que a criança foi oficialmente informada por escrito do resultado global do exame final. Não importa se o contrato de formação foi celebrado por um período mais longo ou se a criança continua a estar matriculada na escola superior (técnica) após o exame final. Aplica-se: A conclusão da formação cessa o direito ao abono de família – a não ser que, a criança inicie uma nova formação ou uma ► **formação contínua**.

4.3 Crianças à procura de lugar de formação

Pode acontecer que uma criança com mais de 18 anos não possa iniciar ou continuar uma formação profissional na Alemanha ou no estrangeiro porque não existe um lugar de formação. Nesse caso, a criança tem direito ao abono de família até ► **Conclusão dos 25 anos de idade**, se se encontrar numa das seguintes situações:

- à procura de um lugar de formação o mais cedo possível tem sido infrutífera até à data, apesar dos sérios esforços. Os próprios esforços da criança devem ser comprovados ou, pelo menos, tornados credíveis. Para este efeito, os documentos correspondentes devem ser apresentados à Familienkasse, por exemplo, indeferimentos por escrito de candidaturas.
- A criança está oficialmente inscrita como pessoa que procura aconselhamento ou que se candidatou a uma vaga/iniciativa de formação no gabinete de orientação profissional de uma agência de emprego na Alemanha ou noutra prestador de benefícios responsável pelo subsídio do cidadão (rendimento básico segundo o Livro II do Código da Segurança Social da Alemanha [SGB II]); (por exemplo, num centro de emprego).
- A criança já foi aceite para um lugar de formação, mas só poderá iniciar a formação mais tarde, por exemplo no início do ano da formação profissional em empresa.
- A criança gostaria de se candidatar a um lugar de formação o mais cedo possível, por exemplo, no próximo período de candidatura; contudo, o processo de candidatura ainda não foi aberto. Nesse caso, a criança deve apresentar uma declaração por escrito da intenção específica de se candidatar à Familienkasse. Só a partir do momento em que a declaração da criança é recebida pela Familienkasse é que a criança tem direito ao abono de família.

4.4 Crianças em serviço voluntário

Se uma criança com mais de 18 anos prestar ► **Serviço voluntário** na Alemanha ou no estrangeiro, o abono de família pode continuar a ser pago até que à ► **Conclusão dos 25 anos de idade**.

Para o efeito, a criança tem de prestar um dos seguintes serviços:

- Ano social voluntário ou ano ecológico voluntário na aceção da lei alemã relativa ao serviço voluntário para jovens
- ► **Serviço voluntário federal**
- Voluntariado no âmbito do ► **Corpo Europeu de Solidariedade**
- Outro serviço prestado no estrangeiro nos termos do art.º 5.º da lei alemã relativa ao serviço voluntário para jovens
- Serviço voluntário de desenvolvimento ► **"weltwärts"**, tal como definido na diretiva do Ministério Federal alemão para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (BMZ)
- "Serviço voluntário multigeracional" na aceção do art.º 2.º, n.º 1a, do Sétimo Livro do Código da Segurança Social
- ► **Serviço Voluntário Internacional para Jovens** na aceção da diretiva do ► **Ministério Federal da Família, Terceira Idade, Mulheres e Juventude** (BMFSFJ)

O voluntariado não é uma formação. Por este motivo, os esforços envidados para encontrar um lugar no serviço voluntário não equivalem a procurar um lugar de formação (ver ponto 4.3).

4.5 Atividade profissional desfavorável para crianças

O abono de família não continuará a ser pago se, após conclusão de uma ► **Primeira formação profissional** ou **Primeiro curso superior**, as crianças exercerem uma atividade profissional que abranja mais de 20 horas por semana (► **Atividade profissional desfavorável ao direito**). Isto diz respeito às crianças que estão a ser formadas para uma profissão (ver 4.2), crianças à procura de lugar de formação (ver 4.3) e crianças num serviço voluntário (ver 4.4).

Se uma criança exercer uma ► **atividade profissional desfavorável ao direito**, o abono de família pode continuar a ser pago mesmo depois da conclusão de uma primeira formação profissional ou um primeiro curso superior.

O que significa "Conclusão de uma primeira formação profissional ou um primeiro curso superior"?

A ► **Formação profissional** na aceção do ponto 4.2 da presente ficha informativa inclui medidas de formação escolares e não escolares que constituem a base para a profissão pretendida. Estes são, por exemplo: Ensino primário, formação profissional em empresa, estágio, curso superior.

A frequência de um ► **Estabelecimento escolar geral** não conduz a uma formação inicial concluída.

Fala-se de uma ► **Primeira formação profissional** ou de um ► **Primeiro curso superior** se nenhuma outra formação profissional e nenhum curso superior qualificado para uma profissão tiver sido concluído previamente. Tanto a formação profissional como um curso superior devem ocorrer num curso de formação organizado (anos de aprendizagem, semestres, exames intermédios) e são geralmente **concluídos** por um exame estadual ou reconhecido pelo Estado. Geralmente é conferido à conclusão o respetivo título (por exemplo aprendiz) ou grau superior (por exemplo diploma, bacharelato).

Uma primeira formação profissional ou primeiro curso superior são, em princípio, concluídos se capacitarem a criança para o ingresso numa profissão. Se a criança iniciar posteriormente uma formação contínua (por exemplo, formação de mestre artesão ou estudos de mestrado após vários anos de atividade profissional) ou se formar para uma profissão completamente diferente, trata-se normalmente de uma ► **Segunda formação**.

O que se entende por "Atividade profissional desfavorável ao direito"?

A atividade profissional da criança pode ser desfavorável ao direito a abono de família (= **Atividade profissional desfavorável ao direito**). Este é o caso se o horário de trabalho semanal exceder 20 horas. Nesse caso, o abono de família não continuará a ser pago.

Em contrapartida, existem formas de atividade profissional não desfavoráveis ao direito ao abono de família. Nesse caso, o abono de família pode continuar a ser pago.

Atividades profissionais não desfavoráveis ao direito são:

- atividades profissionais exercidas no âmbito de uma relação de formação. Neste caso, a medida de formação deve ser o objeto da relação de trabalho.
- atividades profissionais menores na aceção do §§ 8 e 8a do Quarto Livro do Código Social (por exemplo, emprego de 450 euros).
- atividades profissionais que apenas temporariamente se estendem para além das 20 horas por semana. Neste caso, o abono de família continua a ser pago sob determinadas condições. Nesse caso, entre em contacto com a sua Familienkasse.

4.6 Crianças com deficiência

Se uma criança com mais de 18 anos de idade tiver uma deficiência física, mental ou psicológica, o abono de família continuará a ser pago sem qualquer limite de idade, ou seja, para além dos 25 anos de idade. O requisito é que a criança, devido à sua deficiência, não esteja em condições de cobrir as suas ► **Necessidades de sobrevivência essenciais** com os seus próprios recursos. A deficiência da criança deve ter surgido antes da ► **Conclusão dos os 25 anos de idade** da criança e deve ser comprovada.

O que se entende por "Necessidades de sobrevivência essenciais"?

As necessidades de sobrevivência essenciais de uma criança com deficiência consistem nas ► **Necessidades de sobrevivência gerais** e nas ► **Necessidades adicionais resultantes da deficiência**. Necessidades de sobrevivência gerais comportam atualmente 11.604 € por ano civil 2024. As necessidades adicionais resultantes da deficiência resultam, por exemplo, dos custos de alojamento num lar, da necessidade de cuidados no montante do ► **Subsídio de dependência** pago, das necessidades pelas quais são pagas as prestações de acordo com o Décimo segundo Livro do Código Social ou de acordo com o ► **Montante fixo para pessoas com deficiência**, se não for apresentada prova individual mais elevada.

Verificação, se as Necessidades de sobrevivência gerais estão cobertas

Após o cálculo das necessidades de sobrevivência essenciais, é verificado se a criança pode cobrir essas necessidades com os seus próprios recursos. Os ► **Recursos próprios da criança** são constituídos pelo rendimento líquido disponível da criança e por benefícios de terceiros para a criança.

O ► **Rendimento líquido disponível** da criança é determinada a partir das seguintes receitas:

- todos os ► **Rendimentos sujeitos a impostos** na aceção do §2 parágrafo 1 ► **Lei sobre a Tributação do Rendimento**, em particular os rendimentos do trabalho independente, do trabalho não independente e ► **Rendimentos de ativos de capital**. São designados como "rendimentos" as receitas sujeitas a impostos, deduzidas as despesas profissionais ou operacionais.
- todos os ► **Receitas isentas de impostos**, como, por exemplo, prestações ao abrigo do Segundo, Terceiro, Nono e Décimo Segundo Livro do Código Social e ao abrigo da Lei sobre ► **Subsídio parental** e durante a licença parental, prestações ao abrigo do seguro de dependência (subsídio de dependência), apoio na integração, ajudas de custo de viagem de terceiros. Às receitas totais isentas de impostos é deduzido, por ano civil, um subsídio para despesas no montante 180 euros. Despesas mais elevadas também podem ser deduzidas se estiverem relacionadas com as receitas isentas de impostos, por exemplo, os custos de um litígio jurídico.

Uma criança só tem direito a abono de família se os seus próprios recursos não excederem as suas necessidades de sobrevivência essenciais.

5º Várias pessoas como beneficiários

Apenas uma pessoa pode receber abono de família para uma criança. Se houver mais do que um beneficiário, existem regras sobre quem acaba por receber o abono de família por essa criança.

Determinação do titular do direito no caso de vários beneficiários

O progenitor que acolheu a criança ► **in no seu agregado familiar** recebe o abono de família. Se a criança vive no mesmo agregado familiar que ambos os progenitores, os pais podem estabelecer entre si qual deles receberá o abono de família através de uma ► **Determinação do titular do direito** (► **Titular do direito ao abono de família**). Isto também se aplica ao progenitor biológico e não biológico, por exemplo, se a criança vive no mesmo agregado familiar que a mãe e o padrasto ou do pai e sua parceira registada.

Os pais ou avós adotivos que não vivam permanentemente separados podem também tirar partido desta determinação do titular do direito, desde que tenham acolhido a criança no seu agregado familiar (ver ponto 3 "Abono de família para crianças dos 0 aos 18 anos de idade").

A determinação do titular do direito é efetuada aquando do pedido de abono de família. Existe uma explicação relativa a isto no final do formulário do pedido. Basta que o outro progenitor assine. A determinação do titular do direito permanece em vigor até ser revogada. A ► **Revogação** é possível em qualquer altura, mas é sempre eficaz apenas para o futuro.

Os pais que vivem separadamente têm também a possibilidade de determinar o titular do direito, se a criança vive em ambos os agregados familiares durante aproximadamente o mesmo período de tempo (o chamado ► **Modelo alternado**).

Se a criança não vive no agregado familiar de um dos progenitores, o progenitor que paga continuamente à criança o ► **sustento em dinheiro** mais elevado recebe o abono de família. Outras prestações de sustento não são aqui tidas em conta. Se ambos os progenitores não pagarem sustento em dinheiro à criança ou se ambos pagarem o mesmo em dinheiro no mesmo montante, os progenitores podem determinar entre si qual deles deve receber o abono de família (determinação do titular do direito).

Se não for efetuada uma determinação do titular do direito pelo facto dos progenitores não chegarem a acordo, deve ser apresentado um pedido ao tribunal local como tribunal de família para determinar o **titular do direito ao abono de família prioritário**. Qualquer pessoa que tenha um **Interesse legítimo** no pagamento do abono de família pode apresentar este pedido. Mesmo a própria criança pode ter um interesse legítimo.

Especificidades para pais e avós num agregado familiar comum

Se uma criança vive no mesmo agregado familiar que um progenitor e dos avós, o progenitor é **otitular do direito ao abono de família prioritário**. Contudo, existe a possibilidade de o progenitor renunciar à prioridade e assim designar um dos avós como o titular do direito ao abono de família prioritário. A renúncia do progenitor deve ser comunicada por escrito à Familienkasse.

6º Prestações que excluem o abono de família

O abono de família não é pago a uma criança que tenha direito a determinadas outras prestações. Essas prestações são:

- prestações para crianças pagas no estrangeiro, que são comparáveis ao abono de família,
- prestações para crianças de uma instituição intergovernamental ou supranacional comparáveis ao abono de família.

Assim, se alguém puder obter uma destas prestações para a criança, não há qualquer abono de família alemão para a criança.

► **Prestações relativas a crianças** para crianças consideradas no estrangeiro excluem o direito ao abono de família, mesmo que sejam inferiores ao abono de família alemão. Contudo, isto não se aplica às prestações familiares concedidas por outro Estado membro da ► **União Europeia**, do ► **Espaço Económico Europeu** ou pela Suíça, que sejam inferiores ao abono de família alemão. Nesse caso, pode acontecer que a diferença seja paga como abono de família parcial. Pode obter informações mais detalhadas na

"Ficha informativa sobre abono de família em casos transfronteiriços (União Europeia, Espaço Económico Europeu e Suíça)".

Esta pode ser descarregada na Internet em www.familienkasse.de ou, a pedido, ser enviada por correio pela Familienkasse.

7º Início e fim do direito ao abono de família

Assim que os ► **Requisitos de elegibilidade** para o abono de família tenham sido cumpridos pelo menos num dia de um mês, existe basicamente também um direito ao abono de família para todo o mês. O abono de família pode ser pago com efeito retroativo, mas no máximo durante os últimos seis meses do calendário antes da entrada do pedido de abono de família na Familienkasse.

Inicialmente, o abono de família termina no final do mês em que a criança completa os 18 anos de idade. Se o 18.º aniversário da criança tiver lugar no primeiro dia de um mês, o direito ao abono de família termina no final do mês anterior.

O abono de família pode continuar a ser pago após o 18º aniversário, ver ponto 4 "Abono de família para crianças com idade superior a 18 anos".

Basicamente, o abono de família pode ser pago até à ► **Conclusão dos 25 anos de idade** da criança, o mais tardar.

8º Procedimento para apresentação do pedido

O pedido do abono de família deve ser sempre apresentado por escrito. Existe um formulário de pedido de abono de família para este fim. Pode preencher e assinar o formulário de pedido de abono de família em papel e enviá-lo para a Familienkasse ou candidatar-se ao abono de família online de uma forma rápida e fácil.

Para cada criança para a qual é pedido o abono de família, o "**Anexo criança**" preenchido deve ser anexado ao pedido.

Exceção: O "Anexo criança" já está incluído no pedido principal e não tem de ser preenchido adicionalmente para o pedido online.

Qual a melhor forma de apresentar o pedido?

A via mais fácil e rápida para o abono de família é o pedido online em www.familienkasse.de.

Pode preencher o formulário de pedido online aqui. Depois da identificação bem-sucedida com a ► **BundID**, os dados introduzidos serão transmitidos de modo eletrónico e encriptado para a Familienkasse. Os comprovativos necessários para o pedido para aqueles que tenham mais de 18 anos podem também ser enviados online para a Familienkasse.

Sem identificação eletrónica, tem de imprimir o pedido de abono de família, preenchê-lo com os seus dados, assiná-lo e enviá-lo com os **comprovativos** necessários (ver ponto 9 "Comprovativos para a Familienkasse") por correio ou fax para a Familienkasse.

O **pedido online** pode ser feito através da identificação online com a ► **BundID** eletronicamente **para todas as crianças**, por exemplo, com um ► **certificado ELSTER** válido ou com a ► **função eID** e o PIN de identificação do documento de identificação pessoal. Neste caso, não é necessário imprimir nem assinar o pedido. A ► **verificação opcional** é efetuada no decurso do pedido online.

Se preferir preencher o pedido de abono de família à mão, pode descarregar os formulários da Familienkasse em www.familienkasse.de.

Um pedido verbal (por exemplo, por telefone) ou o envio do pedido por correio eletrónico não é possível porque é necessária a assinatura original no pedido.

Quem pode efetuar um pedido de abono de família?

O pedido de abono de família é efetuado pelo ► **Titular do direito ao abono de família**. No entanto, outra pessoa ou organismo (gabinete de assistência social a jovens, gabinete de assistência social, etc.) pode efetuar o pedido de abono de família se tiver um ► **Interesse legítimo** no pagamento do abono de família, por exemplo porque a pessoa está a fornecer ► **Sustento** a uma criança em vez dos pais. A outra pessoa ou organismo não se torna titular do direito.

Mesmo a própria criança pode efetuar o pedido de abono de família. No entanto, no caso de crianças menores, isto só pode ser feito pelo representante legal. Se a criança não é órfã, ou seja, os pais ainda estão vivos, então a própria criança não é titular do direito. Pode encontrar mais informações no ponto 3 "Abono de família para crianças com idades de 0 a 18 anos de idade", especialmente as especificidades no caso de órfãos e crianças que não conhecem o paradeiro dos seus pais.

Que Familienkasse é responsável por mim?

Efetue o pedido de abono de família junto da Familienkasse responsável por si. Esta é, em primeira instância, a Familienkasse em cujo distrito reside ou tem o seu ► **Domicílio habitual**. Em www.familienkasse.de pode saber qual a Familienkasse mais próxima de si, utilizando a pesquisa de serviços.

Uma Familienkasse específica é responsável por si e não necessariamente a Familienkasse próxima de si, se:

- a sua residência ou a residência do outro progenitor não é na Alemanha, mas noutro estado **UE**, do ► **EEE** ou na Suíça,
- você ou o outro progenitor exercer um emprego lá, ou
- se está a receber uma pensão de lá.

Estes regulamentos de responsabilidade divergentes e os respetivos endereços de contacto podem ser encontrados na

"Ficha informativa sobre abono de família em casos transfronteiriços (União Europeia, Espaço Económico Europeu e Suíça)".

Esta pode ser descarregada na Internet em www.familienkasse.de ou, a pedido, ser enviada por correio pela Familienkasse.

Se pretender pedir ou já receber abono de família por uma criança com deficiência, o Serviço Central de Abono de Família com sede em Magdeburg é a entidade responsável pelo seu caso. Para mais informações, consulte www.familienkasse.de/kinder-mit-behinderung.

Temos à disposição uma linha telefónica gratuita de segunda a quinta-feira das 8h00 às 16h00 e sexta-feira das 8h00 às 14h00. Contacte-nos através do número **0800 4 5555 31**.

9º Comprovativos para a Familienkasse

Aquando do pedido do abono de família, tem de provar determinadas informações. Tais comprovativos podem ser certificados ou atestados. Apenas apresente **cópias** dos comprovativos ou utilize a ► **função de carregamento** no portal online da Familienkasse.

Para **crianças com idade superior a 18 anos** são necessários os seguintes comprovativos:

Caso	Comprovativo necessário
Criança em formação escolar ou profissional ou curso superior	atestado da escola, escola profissional ou escola superior/universidade (por exemplo, atestado semestral)
Criança em formação profissional em empresa	atestado do tipo e duração da formação profissional (por exemplo, através de um contrato de formação)
Criança com a primeira formação concluída	<i>são necessários informações e comprovativos específicos.</i> (ver 4.5 "Atividade profissional prejudicial a crianças")
Criança à procura de trabalho	atestado de registo de candidato a emprego (por exemplo, registo na agência de emprego, notificação de ALG I, etc.) (ver 4.1 "Crianças à procura de trabalho")
Criança à procura de lugar de formação	<i>são necessários informações e comprovativos específicos.</i> (ver 4.3 "Crianças à procura de lugar de formação")
Criança num serviço voluntário	<ul style="list-style-type: none">• acordo de serviço celebrado com a instituição• atestado emitido pela instituição após a conclusão do serviço (ver 4.4 "Crianças no serviço voluntário")
Criança com deficiência	<ul style="list-style-type: none">• comprovativo de meios financeiros da criança com deficiência (ver 4.6 "Crianças com deficiência")• atestado ou relatório do médico assistente (ou parecer médico) com informação sobre a existência da deficiência, início da deficiência (para crianças com mais de 25 anos de idade) e efeitos da deficiência sobre a atividade profissional da criança OU• atestado oficial de incapacidade (bilhete de identidade de pessoa com deficiência grave ou aviso de avaliação do serviço de pensões)

O dia em que a formação termina também deve ser comprovado, uma vez que o direito ao abono de família cessa a partir desta data. Dessa forma evita-se o ► **Pagamento excessivo** do abono de família. Para este efeito, apresente um atestado da instituição de formação ou o certificado do exame à sua Familienkasse.

Se forem necessárias mais informações ou comprovativos em casos individuais, a Familienkasse entrará em contacto consigo.

Expurgação ("Ocultação") de informações em comprovativos

Se apresentar documentos comprovativos, pode expurgar (ocultar) informações visíveis neles e que não são exigidas pela Familienkasse. Isto diz respeito, por exemplo, às notas escolares nos boletins escolares.

Certifique-se de que também torna inidentificáveis categorias especiais de dados pessoais (artigo 9.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, RGPD). Isto inclui, por exemplo, informações sobre origem étnica, opiniões políticas, crenças religiosas ou filosóficas, filiação sindical ou sexualidade.

Deve também expurgar informações sobre saúde, a menos que estas sejam necessárias para comprovação do direito ao abono de família para uma criança doente ou para uma criança com ► **Deficiência**. Aqui, a designação específica de uma doença ou deficiência pode ser expurgada.

Indicação relativa à apresentação de cópias de comprovativos

A Familienkasse do Bundesagentur für Arbeit (Centro de Emprego Federal, BA) conserva o seu processo em formato eletrónico. Os seus documentos em papel apresentados serão, portanto, convertidos para formato eletrónico. Os documentos em papel são depois destruídos após um curto período de tempo.

Por isso, se possível, não apresente originais, mas **Cópias** dos comprovativos necessários.

A partir de agora, também pode apresentar os seus comprovativos através do portal online da Familienkasse.

10º O seu dever de notificação como titular do direito ao abono de família

Se efetuou um pedido de abono de família, o § 68 parágrafo 1 da ► **Lei sobre a Tributação do Rendimento** (EStG) impõe um dever de notificação (também: ► **Dever de cooperação**). Isto significa que é obrigado a informar imediatamente a sua Familienkasse (o mais rapidamente possível para evitar um **Pagamento excessivo**) de quaisquer alterações das suas circunstâncias e das circunstâncias dos seus filhos que sejam importantes para o seu direito ao abono de família ou sobre as quais já tenham sido entregues declarações. Não é suficiente se informar outras autoridades (por exemplo, a administração municipal, o serviço de registo de residentes ou a repartição de finanças), outro organismo da Agência Federal de Emprego ou do seu empregador ou da entidade patronal de tais alterações.

Mesmo que o seu filho (e não você próprio) tenha previamente comunicado ► **Dados relevantes para a decisão** à Familienkasse, deve comunicar as ► **alterações**. Da mesma forma, deve comunicar as alterações se ainda não tiver sido tomada uma decisão relativa ao seu pedido. Isto também se aplica a alterações das quais só tome conhecimento após o fim do pagamento do abono de família, se estas afetarem o período de pagamento do abono de família.

Mesmo que receba prestações sociais nas quais o abono de família é considerado, deve comunicar quaisquer alterações, mesmo como no caso de um ► **Desvio**.

Se não comunicar imediatamente estas alterações à Familienkasse, está a violar o seu dever de cooperação. Isto pode constituir um **infração** ou **contraordenação** que será punido.

Para onde devem ser enviadas as comunicações de alteração?

Envie os seus pedidos e comunicações diretamente à sua Familienkasse responsável (ver possibilidades de contacto ou responsabilidades). Não envie os seus documentos para a Agência Federal em Nuremberga, uma vez que tal provocará atrasos.

Existem formulários para comunicar alterações?

*Pode comunicar determinadas alterações diretamente online, por exemplo, alterações na sua morada, estado civil, nome ou número de filhos que vivem no seu agregado familiar. Também é possível alterar os dados bancários online. Se a identificação for bem-sucedida com a **BundID**, deixa de ser necessário imprimir, assinar e enviar a alteração para a Familienkasse. Caso contrário, a Familienkasse requer a notificação impressa e assinada.*

Os comprovativos necessários também podem ser enviados online neste ponto.

Também pode utilizar o formulário em papel "Comunicação de alteração" para as suas comunicações. Pode obter o formulário para impressão online em www.familienkasse.de.

Que alterações devem ser comunicadas à Familienkasse?

Comunique imediatamente à sua Familienkasse, se

- você ou qualquer outra pessoa elegível começarem a trabalhar no ► **Serviço público** por um período previsto superior a seis meses,
- ou se você ou outra pessoa beneficiária aceitarem um emprego no estrangeiro,
- você ou outra pessoa beneficiária for enviada para o estrangeiro para emprego pelo empregador nacional,
- você ou outra pessoa beneficiária ou se um dos seus filhos for para o estrangeiro (exceto em caso de férias),
- você ou outra pessoa recebem outra ► **Prestação para uma criança** (por exemplo, prestações familiares estrangeiras, ver também ponto 6 "Prestações que excluem o abono de família")
- o outro progenitor (por exemplo, o seu cônjuge) se mudar para o seu agregado familiar atual ou criar um novo agregado familiar em conjunto,
- você ou o outro progenitor (por exemplo, o seu cônjuge) se separarem permanentemente e um deles abandonar o agregado familiar,
- uma criança abandonar o seu agregado familiar atual,
- uma criança é dada como desaparecida ou morta,
- o seu endereço ou os dados bancários fornecidos mudarem.

Se receber abono de família para uma criança com mais de 18 anos, deve também comunicar imediatamente à sua Familienkasse se a criança

- mudar, concluir, cancelar ou interromper a ► **Formação escolar ou profissional**, o ► **Curso superior** ou o seu ► **Serviço voluntário** (isto também se aplica se a criança, apesar de matriculada beneficia de uma licença de estudos ou está dispensada de apresentar provas),
- já tiver concluído uma ► **Formação profissional** ou um ► **Curso superior** e iniciar uma atividade profissional,
- tenciona candidatar-se a um lugar de formação (neste caso, é necessária uma declaração por escrito da criança),
- tenha estado anteriormente à procura de emprego ou não tenha conseguido um lugar de formação, e inicie agora uma ► **Formação escolar ou profissional**, um ► **Curso superior** ou uma ► **Atividade profissional**, ou não esteja atualmente à procura de emprego ou de um lugar de formação,
- esteja a prestar um ► **Serviço voluntário** ou o ► **Serviço militar voluntário**,
- estava anteriormente à procura de trabalho ou sem lugar de formação e está agora a iniciar uma ► **Formação escolar ou profissional**, um ► **Curso superior** ou uma ► **Atividade profissional**
- estiver grávida (a gravidez e a data prevista para o parto devem ser comprovadas por um atestado médico),
- estiver a ser considerada devido a uma deficiência e o rendimento aumentar.

Se entregar uma ► **Declaração de finalidade** por escrito do seu filho, isto só terá efeito a partir da data em que a declaração der entrada na Familienkasse.

Se comunicar à sua Familienkasse alterações tardiamente ou de forma alguma, poderá ter de reembolsar o abono de família que tenha recebido indevidamente. Além disso deverá contar com uma multa ou ação penal.

Se não tiver a certeza se uma mudança afetará o seu direito ao abono de família, pergunte junto da sua Familienkasse.

11º Decisão da Familienkasse

Notificações por escrito da Familienkasse

Depois de ter apresentado o seu pedido de abono de família, a sua Familienkasse decidirá se tem direito ao abono de família. A decisão ser-lhe-á comunicada através de uma ► **Notificação** por escrito. A notificação contém algumas informações importantes relativas ao seu ► **Recebimento de abono de família**.

Se não tiver direito ao abono de família ou se tiver de reembolsar o abono de família que já foi pago, receberá também uma notificação por escrito da Familienkasse.

Entrada do abono de família na sua conta

Pode acompanhar o recebimento do abono de família no seu extrato bancário, onde encontrará várias informações: O montante transferido, o seu ► **Número do abono de família** e, regra geral, o período ao qual o montante se destina.

12º Possibilidade de objeção à decisão

Se não concordar com a decisão da sua Familienkasse, pode levantar uma ► **Objeção** (no caso do abono de família ao abrigo da EStG) ou ► **Oposição** (no caso do abono de família ao abrigo da BKG). Nesse caso, a decisão será novamente verificada pela sua Familienkasse.

Como posso apresentar uma objeção ou oposição contra a decisão da Familienkasse?

Após notificação da decisão, a sua objeção ou oposição deve dar entrada na Familienkasse **no prazo de um mês**. Pode apresentar a sua objeção ou oposição por escrito por correio ou fax ou efetuar pessoalmente no local uma ► **Declaração transcrita**. O procedimento de objeção é gratuito.

O que acontece se a minha objeção ou oposição não for "bem sucedida"?

Se a sua objeção ou oposição não puder ser deferida ou não puder ser integralmente deferida (ou seja, não tiver sido bem sucedida), receberá uma decisão escrita relativa à objeção. Pode apresentar uma ► **Queixa** no tribunal fiscal contra a decisão da Familienkasse relativa a uma objeção. Pode apresentar uma ► **Queixa** no tribunal social contra a decisão da Familienkasse relativa a uma oposição. A queixa deve ser apresentada **no prazo de um mês** após notificação da decisão. Tenha em atenção que no caso de queixas apresentadas perante o tribunal fiscal acrescem custos judiciais. As queixas apresentadas perante o tribunal estão isentas de custos judiciais.

13º Reembolso do abono de família

Se tiver recebido indevidamente o abono de família, deve reembolsá-lo, independentemente de a falha não ter sido sua. Isto significa que, como requerente e titular do direito, é responsável se o abono de família tiver sido pago indevidamente. Deve reembolsar o abono de família mesmo que a Familienkasse o tenha transferido para a conta de outra pessoa, a seu pedido. Por exemplo, esta pode ser a conta do seu filho de maioridade ou do cônjuge do qual está separado.

Será informado por escrito da devolução do abono de família através de uma ► **Notificação** da Familienkasse (► **Notificação de devolução**). O ► **Montante da devolução**, ou seja, o montante do abono de família indevidamente recebido, torna-se devido para pagamento **de uma só vez e imediatamente**.

Se ainda tiver direito ao abono de família, o abono de família indevidamente recebido também pode ser compensado com o seu direito atual ao abono de família. Isto significa que receberá menos abono de família por mês (até metade) até que o montante reclamado do abono de família indevidamente recebido seja liquidado através da retenção das prestações mensais. O abono de família indevidamente recebido também pode ser compensado com um montante de pagamento retroativo (até metade do mesmo)

Pode apresentar uma ► **Objecção** contra a notificação de devolução. No entanto, isto **não** adia a sua obrigação de reembolso imediato. Basicamente, em primeiro lugar deve transferir todo o ► **Montante da devolução**, apesar do seu processo de objeção. Se a sua objeção for bem sucedida, o abono de família será novamente pago.

14º Nova verificação do direito ao abono de família

Enquanto recebe o abono de família numa base contínua, a Familienkasse efetua verificações em determinados intervalos. É verificado se cumpriu os requisitos para o seu ► **Direito a abono de família** no período desde a última verificação e se atualmente ainda se verificam. Além disso, é verificado se o abono de família é pago no montante apropriado.

A Familienkasse determina com ela, por exemplo, se

- continua a residir na Alemanha e se as crianças vivem no seu agregado familiar,
- a formação escolar ou profissional ou o curso superior das crianças ainda está em curso,
- no caso de casos transfronteiriços, os dados depositados na instituição de prestações de abono de família no país europeu estrangeiro correspondem aos da Familienkasse.

O seu dever de cooperação na verificação do direito ao abono de família

Se a sua cooperação for necessária para verificar o seu direito ao abono de família, a Familienkasse entrará em contacto consigo. Receberá então um **Questionário** ou uma **Requisição** no devido tempo, informando-o sobre as informações ou comprovativos que são necessários. Se receber um questionário, preencha-o cuidadosamente e na íntegra e anexe as cópias dos documentos necessários. Deverá apresentar todos os documentos necessários à sua Familienkasse no prazo de quatro semanas para que não haja interrupção no pagamento.

*Está obrigado por lei a esta cooperação. Se não cumprir o seu ► **Dever de cooperação**, deve contar com consequências legais adversas. A Familienkasse deve então suspender a ► **Fixação do abono de família**, se necessário também com efeito retroativo.*

Tenha em atenção que a verificação da Familienkasse não o isenta da sua própria obrigação de notificar a Familienkasse imediatamente e de forma autónoma de quaisquer alterações que sejam significativas para o seu direito ao abono de família (ver ponto 10 "O seu dever de notificação como titular do direito ao abono de família"). Isto evita um possível ► **Pagamento excessivo** de abono de família e o resultante ► **Devolução**, bem como possíveis consequências devidas a uma infração ou contraordenação.

Se não tiver a certeza se uma mudança afetar o seu direito ao abono de família, pergunte junto da sua Familienkasse.

15º Pagamento do abono de família

15.1 Pagamento pela Familienkasse da Agência Federal de Empleo

A Familienkasse paga o abono de família mensalmente. A data de pagamento é determinada pelo último dígito do benefício ► **Número do abono de família** (► **último dígito**). O número do abono de família é composto por um total de 11 caracteres: xxxFKxxxxxx (os "x" representam números). No número do abono de família xxxFKxxxxx0 (último dígito: 0) por exemplo, o pagamento ocorre no início do mês, no número do abono de família xxxFKxxxxx9 (último dígito: 9) no final do mês.

O abono de família não é pago sem dinheiro, mas através de transferência para uma conta numa instituição financeira. Essa conta deve ser indicada pelo titular do direito ao abono de família aquando do requerimento do abono de família. Não é possível dividir o abono de família para uma criança por várias contas.

Pode encontrar as datas de transferência atualizadas do abono de família online em www.familienkasse.de ou pode obtê-las ligando para o seguinte número de apoio:

0800 4 5555 33 (A chamada é gratuita para si.)

15.2 Pagamento a outra pessoa ou autoridade

Se ► **Titulares do direito ao abono de família** não fornecerem ► **Sustento** ao seu filho, a Familienkasse pode, mediante pedido, pagar o abono de família para esta criança à pessoa ou autoridade que efetivamente garante o sustento da criança. Este procedimento designa-se de ► **Desvio**. Desta forma, o abono de família pode também ser pago à própria criança, se esta estiver a cuidar de si mesma (para pagamento do abono de família ao abrigo da BKG à própria criança, ver ponto 3 "Abono de família para crianças dos 0 aos 18 anos" as especificidades para órfãos e crianças que não conhecem o paradeiro dos seus pais).

Também pode ocorrer um ► **Desvio** do abono de família, se o titular do direito pagar o sustento à criança que, no entanto, é inferior ao abono de família para essa criança.

Antes da Familienkasse decidir sobre um pagamento diferente (desvio), é dado ao titular do direito a oportunidade de esclarecer os factos.

Se as autoridades (em particular os serviços de assistência social e o gabinete de assistência a jovens) tiverem concedido prestações ao titular do direito ou à criança sem ter em conta o abono de família, estas autoridades podem, sob determinados requisitos, exigir o pagamento do abono de família para esta criança.

15.3 Proteção do abono de família na conta (penhora)

O abono de família pode ser protegido contra ► **Penhora** na conta de um devedor. Nesse caso, falamos de uma ► **Proteção de penhora de contas**. Isto implica que os devedores devem, entre outros, apresentar um comprovativo das prestações sociais que dão entrada na sua conta, a fim de maximizar o efeito protetor.

A pedido do titular do direito ao abono de família direito ao abono de família, a Familienkasse emitirá um atestado do recebimento do abono de família que pode ser apresentado à instituição financeira. Para esse efeito, entre em contacto com a sua Familienkasse.

Indicações relativas à proteção de dados

Todas as informações que fornecer à Familienkasse estão sujeitos ao **Sigilo fiscal** ou ao **Sigilo social** e à **Proteção de dados**. Isto significa que os seus dados só serão transmitidos a outros organismos, se tal for necessário para que estes cumpram as suas tarefas e a sua transmissão for permitida por lei. Os seus dados pessoais necessários para o processamento serão armazenados eletronicamente pela Familienkasse da Agência Federal de Emprego, processados mecanicamente e protegidos contra acesso por terceiros. O objetivo do tratamento dos dados é verificar o seu direito ao abono de família.

Pode encontrar mais informações sobre o tratamento dos seus dados pela Familienkasse e sobre os seus direitos em conformidade com os artigos 13.º a 22.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia em www.arbeitsagentur.de/datenschutz-familienkasse. Aqui encontrará também os dados de contacto do encarregado da proteção de dados.

Por norma, os documentos relativos ao abono de família são conservados durante 6 anos após o fim do pagamento do abono de família.

Índice e dicionário

Encontrar termos e breves explicações de forma rápida e simples. Para outras questões entre em contacto com a sua Familienkasse.

Desvio

O pagamento do abono de família a uma pessoa ou autoridade, que garante o sustento da criança. Ou o pagamento à própria criança.

escola de ensino geral

Uma escola em que se adquire o conhecimento geral e que não termina com uma qualificação profissional (por exemplo, escola primária, escola de orientação, "Hauptschule" (ensino secundário), "Realschule" (ensino secundário), liceu, escolas Waldorf independentes).

necessidades de sobrevivência gerais

A quantia de dinheiro que uma criança necessita para sobreviver. O montante é estipulado por lei.

Limite de idade (ver conclusão dos 18/21/25 anos de idade)

Beneficiário

também: Titular do direito ao abono de família. Pessoas que são elegíveis para o abono de família ao abrigo da Lei.

atividade profissional desfavorável ao direito

Se uma criança trabalha mais de 20 horas por semana e por isso já não é elegível para o abono de família.

atividade profissional não desfavorável ao direito

Se uma criança trabalha e ainda recebe abono de família. Isso só é possível se não trabalhar mais de 20 horas por semana ou se o trabalho fizer parte da sua formação profissional.

Requisitos de elegibilidade

As condições que devem estar presentes para receber abono de família.

Títulos de residência

Uma carta de uma autoridade (notificação) que permite a uma pessoa de outro estado viver na Alemanha.

Formação para outra profissão

também: Ensino secundário. Se uma criança já aprendeu uma profissão, mas depois continua a fazer outra formação.

cidadãos de nacionalidade estrangeira

Pessoas que não possuem passaporte ou documento de identidade alemão.

Sustento em dinheiro

Dinheiro que uma criança recebe do qual precisa para sobreviver.

Deficiência

Uma limitação mental ou física de uma pessoa. Uma deficiência é oficialmente ou medicamente atestada.

necessidades adicionais resultantes da deficiência

Dinheiro de que as crianças com deficiência precisam adicionalmente, porque são mentalmente ou fisicamente limitadas.

Determinação do titular do direito

Decisão sobre quem deve receber o abono de família quando duas pessoas o podem receber (por exemplo, pai e mãe).

interesse legítimo

Se a criança não for cuidada pelos pais, mas por outras pessoas ou instituições de assistência social, eles têm um interesse legítimo no abono de família e podem recebê-lo.

Formação profissional

A preparação de uma criança para o exercício de uma profissão, para que mais tarde ela possa trabalhar nessa profissão.

Formação profissional, primeira vez

A primeira formação profissional de uma criança.

Relação de emprego

Um emprego para um empregador com o qual ganha dinheiro.

Notificação

Uma carta da Familienkasse na qual consta a decisão tomada pela mesma.

Formação profissional em empresa

Quando se aprende uma profissão numa empresa, por exemplo, numa empresa artesanal ou no setor público.

Serviço voluntário federal

Um serviço na Alemanha prestado em regime voluntário e por um montante simbólico ("mesada") que irá beneficiar todas as pessoas.

Lei Federal sobre o Abono de Família (BKGG)

A lei que rege quem recebe abono de família em casos especiais. Por exemplo, se não houver mais pais.

Ministério Federal da Família, Terceira Idade, Mulheres e Juventude (BMFSFJ)

O ministério que tutela as famílias.

Repartição central federal para impostos (BZSt)

A autoridade que assegura que as Familienkasse funcionam corretamente.

BundID

A BundID oferece-lhe a possibilidade de fazer os seus pedidos online (por exemplo, com um cartão de identificação online) e assiná-los.

cidadãos de nacionalidade alemã

Pessoas que possuem passaporte ou documento de identidade alemão.

eID (identificação eletrónica)

A identificação eletrónica é utilizada para verificar a identidade digital dos cidadãos. É um cartão de identificação eletrónico que também permite efetuar assinaturas eletrónicas.

Lei sobre a Tributação do Rendimento (EStG)

A lei que regula quem e quantos tem de pagar imposto na Alemanha.

Rendimentos, sujeitos a impostos

A parte do dinheiro ganho por alguém sobre a qual se deve pagar impostos ao Estado. Por exemplo, sobre o salário, os juros, e os lucros de uma empresa própria ou de uma casa alugada.

Rendimentos de ativos de capital

Lucros obtidos com o dinheiro investido, por exemplo, juros.

Objecção

A possibilidade de se defender se não concordar com uma decisão tomada pela Familienkasse. No caso de abono de família ao abrigo da EStG, isto designa-se de objecção, caso contrário, de oposição.

Certificado ELSTER

O programa informático ELSTER foi criado para declarações fiscais eletrónicas. O certificado digital contém os dados verificados da pessoa e é armazenado no computador.

Subsídio parental

Dinheiro do Estado para famílias com crianças pequenas. Só recebe quem não tem um rendimento muito elevado durante a licença parental.

Licença parental

Período após o nascimento de uma criança quando os pais decidem não trabalhar para cuidar da criança e, portanto, não recebem ordenado.

Último dígito

O último número do número do abono de família. O número do abono de família é composto por um total de 11 caracteres. No xxxFKxxxxx0 (os "x" representam números) o último dígito é 0.

relevante para a decisão

Informação que é importante para a decisão de receber ou não abono de família. Por exemplo, se a criança frequenta uma formação.

Primeiro curso superior

O primeiro curso superior de uma criança.

Atividade profissional

Um trabalho com o qual se ganha dinheiro.

União Europeia (UE)

Uma associação de atualmente 27 países europeus.

Corpo Europeu de Solidariedade

Um atividade voluntária da UE, na jovens dos 18 aos 30 anos de idade trabalham sem receber dinheiro, que ajuda todos.

O Espaço Económico Europeu (EEE)

Um acordo entre a União Europeia (UE) e a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) para permitir aos países membros o livre comércio entre si.

Mínimo de subsistência

Dinheiro para o que precisa absolutamente para uma criança. Isso inclui custos de sustento, assistência e formação.

Familienkasse

A Familienkasse é a autoridade, que paga o abono de família e o suplemento do abono de família. Pertence ao Bundesagentur für Arbeit (Centro de Emprego Federal, BA).

Fixação

A decisão da Familienkasse acerca da atribuição do abono de família a alguém.

Serviço militar voluntário

Um serviço voluntário nas Forças Armadas Federais (por exemplo, soldado, sargento, oficial).

Serviço voluntário

Um serviço na Alemanha prestado em regime voluntário e sem remuneração (por vezes, pode existir uma “mesada”), que irá beneficiar todas as pessoas.

Cidadãos beneficiários do direito à livre circulação

Pessoas da UE que vivem na Alemanha e podem trabalhar. Isso é regulamentado pela Lei sobre a livre circulação geral de cidadãos da União.

atividade menor

Um trabalho, no qual não se ganha mais de 538,00 € por mês.

Lei sobre a livre circulação geral de cidadãos da União

A lei que permite às pessoas da UE viver e trabalhar na Alemanha.

domicílio habitual

O lugar onde se vive durante mais de seis meses.

Verificação de benefícios

Verificação por parte da Repartição de Finanças, se o abono de família é suficiente para o mínimo de subsistência. Caso contrário, terá de pagar ainda menos impostos, para isso.

acolhido no agregado familiar

Quando uma criança vive com e é alimentada permanentemente por outras pessoas. Na maioria das vezes é a família.

Serviço Voluntário Internacional para Jovens

Uma atividade voluntária na qual se trabalha voluntariamente no estrangeiro sem receber dinheiro, ajudando todos.

prestação para uma criança

Dinheiro que os funcionários públicos com filhos recebem, por exemplo, prestação familiar, suplemento de filho.

Benefício fiscal do abono por filho

Dinheiro relativamente ao qual as pessoas com filhos não têm de pagar impostos, porque precisam, no mínimo, para os seus filhos.

Direito a abono de família (Ver Requisitos de elegibilidade)

Titular do direito ao abono de família

Uma pessoas que é elegível para o abono de família ao abrigo da Lei.

Recebimento de abono de família

Ao receber abono de família, está numa situação de recebimento de abono de família.

Número do abono de família

Um número próprio, que existe na Familienkasse para cada criança. O número do abono de família é atribuído no momento do primeiro pedido de abono de família e encontra-se na notificação de abono de família.

recursos da própria criança

Dinheiro que a própria criança ganha ou recebe de outros.

Queixa

A possibilidade de apresentar uma queixa perante um tribunal, se após a decisão relativa a uma objeção ou oposição ainda discordar. Nesse caso, um juiz decide.

Proteção de penhora de contas

Como resultado, um montante mínimo (mensal) tem de permanecer sempre na conta bancária, mesmo que tenha dívidas.

Dever de notificação, também: Dever de cooperação

A obrigação de informar a Familienkasse, se houver alguma mudança. Por exemplo, se a criança sair de casa ou não continuar a formação.

Período de licença de maternidade

O período antes e depois do nascimento de uma criança, durante o qual as mães não estão autorizadas a trabalhar. Existe uma lei que proíbe isso.

Titular subordinado do direito ao abono de família

Se duas pessoas podem receber abono de família (por exemplo, pai e mãe), há regras sobre quem o recebe. A pessoa que não o recebe é designada de titular subordinado do direito ao abono de família.

Autorização de residência

Permissão para os estrangeiros que não pertencem à UE viverem na Alemanha.

necessidades de sobrevivência essenciais

Dinheiro para o que as crianças necessitam para sobreviver. Crianças com deficiência precisam de mais, porque são mentalmente ou fisicamente limitadas.

setor público

também: Serviço público. Se alguém trabalha numa autoridade para o Estado ou a cidade.

Verificação opcional

Opcional significa que tem a opção de fazer algo. A verificação significa a confirmação que é de facto a pessoa em questão. Também significa que nos identificamos a nós próprios.

Montante fixo para pessoas com deficiência

O montante que as pessoas com deficiência têm de pagar a menos em impostos, porque precisam de mais para viver.

Penhora do abono de família

Quando o abono de família é tirado a alguém, por não pagar as suas dívidas. A Familienkasse deve dá-lo àquele a quem se deve, se um tribunal assim o decidir.

Subsídio de dependência

Dinheiro que as pessoas que necessitam de cuidados recebem do Estado.

Devolução

Se se tiver recebido indevidamente abono de família porque a lei não o permite, este tem de ser devolvido.

Notificação de devolução

Uma carta da Familienkasse na qual consta, que se tem de devolver o abono de família.

Montante de devolução

A quantia de abono de família que tem de ser devolvida.

Ensino primário

A frequência de uma escola para obter um diploma com o qual se pode depois aprender uma profissão ou estudar (por exemplo "Hauptschule" (ensino secundário), "Realschule" (ensino secundário), liceu, escolas Waldorf independentes).

receitas isentas de impostos

Dinheiro do Estado sobre o qual não se tem de pagar impostos, por exemplo, abono de família, subsídio parental, assistência social.

Número de identificação fiscal

(Abreviatura: N.º de ID/IDNr.) Um número da Serviço Fiscal Central Federal (BZSt) que todos na Alemanha recebem automaticamente após o nascimento. Com este número, a Familienkasse sabe sempre exatamente qual é a pessoa que recebe o abono de família e para que filhos e, se os nomes forem os mesmos, estes não podem ser confundidos.

isenção fiscal

Determinados montantes sobre os quais não se tem de pagar impostos, por exemplo, o mínimo de subsistência de uma criança.

Reembolso de impostos

Impostos que são devolvidos.

Curso superior

A frequência de uma Universidade ou Escola superior técnica.

Pagamento excessivo

Abono de família recebido em excesso.

imposto sobre o rendimento ilimitado

A obrigação de pagar ao Estado uma parte de tudo o que se ganha como impostos.

Sustento

A obrigação de cuidar de outra pessoa, quer quando vivem juntos, quer quando se dá dinheiro à outra pessoa para esta cuidar de si própria. Por exemplo, os pais em relação às crianças.

Carregamento

Carregamento de documentos na Internet. Permite enviar, por exemplo, comprovativos por via eletrónica para a Familienkasse. Isto evita o envio por correio.

Comunicação de alteração

A informação independente à Familienkasse, se algo importante mudar e, portanto, eventualmente deixar de receber o abono de família. Por exemplo, se a criança sair de casa ou não continuar a formação. Se não souber se algo é importante, pode-se perguntar.

rendimento líquido disponível da criança

O dinheiro que uma criança recebe no total, quer seja um rendimento sujeito a impostos ou isento de impostos.

Conclusão dos 18/21/25 anos de idade

O 18.º/21.º/25.º aniversário.

Maioridade

Quando uma criança faz 18 anos de idade, atinge a maioridade.

Órfã

Uma criança é órfã, se ambos os progenitores tiverem falecido.

Prioridade

Se duas pessoas podem receber abono de família, a lei regulamenta quem o recebe. Na maioria das vezes é o pai e a mãe, às vezes os avós.

Titular prioritário do direito ao abono de família

Se duas pessoas podem receber abono de família (por exemplo, pai e mãe), há regras sobre quem o recebe. A pessoa que não o recebe é designada de titular subordinado do direito ao abono de família.

Modelo alternado

O regulamento em caso de pais divorciados que estipula que a criança vive às vezes com o pai e às vezes com a mãe.

formação adicional

também: Ensino secundário. Se uma criança já aprendeu uma profissão, mas depois continua a fazer outra formação.

weltwärts

Um serviço voluntário na Alemanha no qual se trabalha voluntariamente no estrangeiro sem receber dinheiro, ajudando todos.

Revogação

Quando se retira a declaração feita anteriormente.

Oposição

A possibilidade de se defender se não concordar com uma decisão tomada pela Familienkasse. No caso de abono de família ao abrigo da BKGG, isto designa-se de oposição, caso contrário, de objeção.

Declaração de finalidade

Quando se expressa a sua vontade de alcançar algo legalmente. Por exemplo, quando se celebra um contrato.

Residência

O local, no qual realmente se reside.

efetuar uma declaração transcrita

Quando se vai pessoalmente à Familienkasse e aí se declara o que se pretende, por exemplo, apresentar uma objeção. Isso é registado e tem de ser assinado.

Ensino secundário

Se uma criança já aprendeu uma profissão, mas depois continua a fazer outra formação.

Indicação relativa ao suplemento do abono de família

O suplemento do abono de família (KiZ) é uma prestação social federal para pais com **baixo rendimento**. Muitos pais empregados precisam do KiZ como apoio financeiro adicional porque, os seus rendimentos não são suficientes para também garantirem o ► **Sustento** para o seu filho ou filhos.

A partir de 1 de janeiro de 2024, o valor do KiZ equivale a **292 euros por mês por criança**. Este montante máximo inclui o suplemento imediato de 20 euros por mês por criança. O suplemento para filhos é pago juntamente com o abono de família. Este é concedido exclusivamente pela Familienkasse da Agência Federal de Emprego.

Para o suplemento do abono de família aplicam-se os seguintes requisitos:

- O seu filho vive no seu agregado familiar, é solteiro e tem menos de 25 anos de idade.
- Recebe **abono de família** ou uma prestação comparável (por exemplo, no estrangeiro) para a criança.
- **Rendimento mínimo**
 - no mínimo, 600 € em caso pais solteiros
 - no mínimo, 900 € para casais
- O seu rendimento contabilizado para o suplemento infantil não o reduz a zero.

Agora pode efetuar o pedido de KiZ de forma rápida e simples **online** em www.kiz-digital.de.

Pode encontrar mais informações na Internet em:

www.kinderzuschlag.de e na "*Ficha informativa Suplemento do abono de família*".

*Determinar agora de forma rápida e simples, a partir de casa o seu **direito individual** a suplemento do abono de família – com o "**Simulador KiZ**"!*

Iniciar agora em www.familienkasse.de

É bom saber:

*Muitas das alterações que devem ser comunicadas à Familienkasse também podem ser efetuadas **online**!*

Rápido e simples em www.familienkasse.de

Na Internet em www.familienkasse.de também pode consultar todas as informações atuais sobre serviços e prestações da Familienkasse da Agência Federal de Emprego.

Ficha técnica

Familienkasse da Agência Federal de Emprego

www.familienkasse.de

Versão: Janeiro de 2024
FK KG 2 – 01.24